



Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgf>



Riachos e rios urbanos: um debate sobre desigualdades na produção do espaço público no Recife

Letícia Rocha de Santana¹, Ranulfo Martin Lucena de Miranda Gomes², Joelmir Marques da Silva³

¹Universidade Federal de Pernambuco, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/Recife-Pernambuco/Brasil, santana.lrocha@gmail.com (autor para correspondência).

²Universidade Federal de Pernambuco, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano /Recife-Pernambuco/Brasil, ranulfom13@gmail.com

³Universidade Federal de Pernambuco, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/Recife-Pernambuco/Brasil, joelmir.marques@ufpe.br

Artigo recebido em 23/11/2023 e aceito em 20/01/2024

RESUMO

Em um sistema urbano historicamente desigual como o de Recife, diferentes realidades hídricas se sobrepõem para a construção da cidade anfíbia. Nesse sentido, mesmo a água sendo um elemento abundante na paisagem recifense, as pessoas estabelecem relações distintas, a depender do território que está inserida e a classe social a que pertence. Assim sendo, objetivou-se com este artigo discutir as desigualdades socioterritoriais da cidade do Recife a partir da relação entre a população e os corpos d'água. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que abarcou a compreensão do território recifense e a interação dos indivíduos com a natureza, bem como visitas in loco de forma a subsidiar e elucidar as análises teóricas.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Território. Recife. Projeto de paisagem. Espaço público.

Urban stream and rivers: a debate about inequalities in the production of public space in Recife

ABSTRACT

In a historically unequal urban system like that of Recife, different water realities overlap for the construction of the amphibious city. In this sense, even though water is an abundant element in the Recife landscape, people establish distinct relationships depending on the territory that is inserted and the social class to which it belongs. Thus, the objective of this article was to discuss the socio-territorial inequalities of the city of Recife from the relationship between the population and urban streams and rivers. Thus, bibliographic research was carried out that covered the understanding of the territory of Recife and the interaction of individuals with nature, as well as on-site visits in order to subsidize and elucidate the theoretical analyses.

Keywords: Social differences. Territory. Recife. Landscape design. Public place.

Introdução

Atualmente as cidades sofrem diversos problemas sociais, econômicos e ambientais, principalmente em países que possuem grandes desigualdades sociais e baixos recursos para solucionar problemas urbanos, seja de infraestrutura, seja de gestão ambiental. Esses problemas são advindos de um processo de urbanização ocorrida após a década de 1950 que, de certa forma, acarretou a deterioração de rios e riachos urbanos, dada à poluição ambiental, alterações hidrológicas e morfológicas de suas águas promovendo, assim, o desequilíbrio

ecológico de forma intensa e desordenada. Tal condição acarretou a redução dos cursos d'água comprometendo sua qualidade.

De acordo com McDonnell (2013), o crescimento e a expansão das cidades em todo o mundo são os principais motores das mudanças ambientais locais, regionais e globais. As ações humanas alteraram a distribuição dos organismos, bem como a transformação e o fluxo de energia e matéria em escalas globais. Para o autor, os crescentes problemas ecológicos e sociais das cidades ao redor do mundo e a necessidade de uma integração envolvendo as ciências ecológicas, sociais e físicas se faz necessária para

desenvolver estratégias para mitigar os impactos negativos dos assentamentos humanos.

Diante desse contexto, a partir das consequências ambientais que foram sendo percebidas, a partir da década de 1970 se iniciou uma movimentação de estudiosos da área para organização de conferências mundiais sobre o meio ambiente com vistas a debater e buscar caminhos possíveis para enfrentamento da situação por meio de acordos políticos e normativas de comprometimentos globais sobre a questão do meio ambiente.

Entretanto, apesar desses esforços, não foi possível vislumbrar mudanças significativas nesse contexto. A lógica de funcionamento do modelo de produção mundial atual vai diretamente de encontro às premissas de preservação do meio ambiente e respeito à natureza. O neoliberalismo é responsável por privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros e questões individuais se sobrepõem a questões coletivas.

Nesse sentido, a pauta da ecologia não é priorizada de fato na sociedade e o debate sobre sustentabilidade é esvaziado de seu significado real de forma a deturpar os objetivos coletivos que deveriam ser centrais, dando espaço à apropriação dessa pauta pelo capital, pelo *marketing*.

Ao analisar o panorama brasileiro, mais precisamente o contexto recifense, é possível identificar que historicamente a relação das pessoas com a natureza é permeada por questões territoriais e de classe.

Desse modo, além das questões mais amplas acerca do distanciamento dos indivíduos com a natureza, neste trabalho é apresentado um debate acerca de realidades territoriais e sociais que estão estreitamente relacionadas nesse contexto. Além disso, como forma de elucidar a discussão, apresenta-se exemplos práticos de como recursos naturais (neste caso, rios e riachos urbanos) são tratados pela gestão pública da cidade de modo a oferecer diferentes possibilidades de interação e apropriação por parte dos cidadãos.

Notas sobre a estruturação das classes sociais no Brasil

Como forma de melhor compreender a realidade das relações sociais que se estabelecem sobre o território recifense, que em muitos casos o utilizam como produto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da estruturação societária do país, tendo como base os recentes estudos do sociólogo brasileiro Jessé Souza.

Em suas análises, Jessé (2019) aponta que a sociedade brasileira contemporânea é estruturada em quatro grandes classes sociais: (i) a elite dos proprietários, (ii) a classe média, (iii) a classe de trabalhadores e (iv) a ralé de novos escravos. Dessas classes, enfatiza o papel da *classe média* dentro da estrutura societária brasileira, afirmando ser a mais estratégica para o padrão de dominação social que foi instaurado no Brasil. É essa classe que forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, na qual misturam-se aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidade de distinção, ódio e ressentimento de classe.

Tais classes são constituídas por pessoas que possuem possibilidades semelhantes de acesso aos recursos considerados importantes na sociedade. Muitas vertentes sociológicas pautaram-se nas ideias de Marx ao analisar as classes sociais a partir da produção capitalista, e construíram importantes arcabouços teóricos que orientaram estudos até a atualidade. Por sua vez, Jessé Souza reconhece toda essa trajetória e se utiliza dessas ideias, indo além ao dar prioridade a outras variáveis como o capital social e o capital cultural, a partir dos ensinamentos de Pierre Bourdieu expressos em seu livro '*Poder simbólico*' de 1989.

No livro '*Subcidadania brasileira: para entender o País além do jeitinho brasileiro*', Jessé Souza evidencia que o *capital econômico* é apenas um dos capitais que estabelece a posição de classe dos indivíduos e de suas lutas pela apropriação dos recursos materiais e intelectuais. Para ele, é a combinação dos capitais que determina o lugar social que os indivíduos irão pertencer e quais acessos terão. Nesse contexto, o *capital cultural* seria então o conhecimento útil, considerado tão importante para a reprodução do capitalismo como o *capital econômico*. Esse capital é adquirido pelas diversas influências culturais advindas das diferentes instituições que cruzam nosso caminho ao longo da vida. A família, a escola e o trabalho, por exemplo, podem influenciar em nossa disciplina, autocontrole, intelectualidade e gosto. Assim, o *capital cultural* vai sendo construído e constituindo um dos três pilares (capital econômico, capital cultural, capital social) que definem a classe social que o sujeito ocupa. O *capital social*, por sua vez, visto como secundário em relação ao *econômico* e ao *cultural*, diz respeito ao acesso às relações pessoais que são estabelecidas de acordo com o *capital cultural* e *econômico* conquistados (ou herdados). É o

acesso ao *capital cultural* e ao *capital econômico* que define o *capital social* que o indivíduo terá, as pessoas que conhecerá e os tipos de relações que serão estabelecidas com sujeitos de determinada classe.

Jessé Souza em *‘A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade’* enfatiza que a combinação dos capitais é opaca e, propositadamente, fica implícita a forma de sua obtenção, de modo a parecer que foi fruto apenas de esforço próprio como prega a ideia neoliberal da meritocracia. Nesse sentido, os processos sociais responsáveis pela distinção entre indivíduos de classes diferentes são transformados em elementos opacos e maquiados de forma a serem naturalizados e reduzidos por fatores econômicos. Assim, ignora-se os motivos pelos quais pessoas de uma mesma classe social tratam seus semelhantes de determinada forma e os diferentes de outra, uma vez que as expressões visíveis de distinção são transformadas em signos sociais invisíveis.

Desse modo, partimos do princípio de que, no Brasil, as classes sociais são estabelecidas a partir dessa lógica, na qual as pessoas que pertencem às classes dominantes possuem a necessidade constante de se distinguir das classes dominadas como forma de se reafirmarem na sua posição social, reafirmarem os seus privilégios.

Essa necessidade se reverbera nos mais diversos âmbitos, inclusive na produção do espaço urbano e nas relações estabelecidas com o território. Nesse sentido, compreende-se a importância de debater a conformação do território recifense, bem como de que forma as relações sociais e de poder foram se utilizando desse território de modo a garantir seus privilégios de classe dentro do espaço urbano, afetando diretamente e indiretamente a forma como as pessoas pertencentes a cada classe social vivenciam os mais diferentes ambientes.

O território recifense como produto de desigualdades

Recife como porto e depois cidade, estabelece-se num sítio deltaico. Os aterros públicos e particulares, ao longo do tempo, não modificaram de todo um ambiente de pequenas áreas de terra firme, ao lado das alagáveis e alagadas por rios, riachos e sistema de manguezal, formando uma planície costeira ao lado dos morros e outras áreas altas encontradas predominantemente a Oeste e Sudoeste da cidade. Nesse território, segundo o Censo do IBGE

(2022), a população residente em é de 1.488.920 habitantes.

Segundo Santos (2019), no processo de formação da cidade do Recife, houve a apropriação das terras firmes e secas pelas classes mais abastadas, em detrimento das terras úmidas e mais difíceis de estabelecimento que ficaram para as classes mais pobres. Nessa perspectiva, após a instalação dos valores ao solo, os territórios ocupados pelas classes dominantes foram dotados de infraestrutura adequada, seja por iniciativa do Estado, seja por iniciativa particular. A partir de então, esses lugares passaram a ser considerados como bairros da “cidade formal”. Por outro lado, as classes dominadas precisaram lançar mão de dotar seus territórios de valores diferentes daqueles considerados normais fazendo uso de seus recursos econômicos precários. Esse processo de segmentação tem resultado em um espaço complexo e descontínuo, em que o quadro geomorfológico insular combina-se com bairros de diferentes perfis de classe.

Nesse sentido, Recife tem sido palco de diversos conflitos socioespaciais que possuem a terra urbana como elemento de disputa. Corroborando com as reflexões trazidas anteriormente, tecidas por Jessé Souza, a cidade apresenta desigualdades territoriais que desde o início da formação de seu espaço urbano vem refletindo e sendo produto dos conflitos entre as diferentes classes sociais que coexistem em realidades distintas na cidade.

A forma como a cidade do Recife foi historicamente apropriada pelas elites, desde o início de sua urbanização, propiciou uma estrutura de ocupação espacial de grande heterogeneidade social, o que, acrescida às condições de pobreza, levou à apropriação dos espaços “disponíveis” por ocupações que consolidaram a população pobre em áreas de favelas inseridas no tecido urbano (Leal, 2003).

Essa mesma lógica pode ser percebida atualmente, uma vez que boa parte do solo urbano do Recife foi produzido efetivamente por mulheres e homens que formavam as classes socialmente vulneráveis da cidade e posteriormente foram gradativamente sendo expulsas dos territórios que construíram. Essa dinâmica de expulsão ou contínua ameaça de expulsão ocorre mesmo em áreas onde a legislação urbanística prevê a proteção e seguridade de posse ou apropriação. A população parece não conseguir permanecer habitando em um território, provavelmente devido às constantes

pressões advindas do setor imobiliário em parceria com o poder público.

Essas relações de poder, que reverberam a lógica dominante na produção do espaço de forma a privilegiar uma minoria da população em detrimento da continuidade da espoliação da maioria, são responsáveis por ampliar conflitos e desigualdades, uma vez que se investe primordialmente nos lugares de interesse econômico, contribuindo para um processo de *valorização capitalista do espaço* em prejuízo do que seria um processo de *valorização social do espaço*.

Atualmente a especulação imobiliária é responsável pela dinâmica das transformações do uso do espaço urbano do Recife, pela crescente rarefação do solo e, conseqüentemente, pelo aumento do seu preço. Essa especulação é a forma assumida pela relação entre a grande propriedade fundiária tradicional, que na cidade do Recife é também a grande posse fundiária tradicional, juntamente com a propriedade capitalista industrial-financeira.

Essa dinâmica explica as sucessivas tentativas de expulsão das classes populares, que vivem em favelas nas áreas valorizadas, para a periferia da cidade. Essas parcelas valorizadas de território não estão restringidas à terrenos localizados em áreas *non aedificandi*, mas abarcam lugares de difícil acesso como morros e colinas, antes desvalorizados e considerados como periferia da cidade. Entretanto, com a expansão urbana das últimas décadas, esses territórios produzidos pelas classes socialmente vulneráveis, foram “descobertos” pelo setor imobiliário sob a justificativa da valorização do estilo de vida bucólico e das vistas das paisagens naturais que essas localizações podem oferecer.

Entendendo que ao longo da história o planejamento urbano da cidade do Recife foi sendo utilizado como ferramenta de manutenção dos privilégios da elite enquanto era perverso para com as classes socialmente vulneráveis, entende-se que o governo municipal vem contribuindo sistematicamente com essa lógica social. Desse modo, Santos e Gomes (2016), entendem que considerando as especificidades de cada época, em geral, a principal regra para o planejamento urbano de Recife é a valorização do espaço nos marcos do desenvolvimento capitalista. Assim, a gestão e o planejamento urbano têm contribuído sistematicamente com a produção do espaço como instrumento de segregação e manutenção das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a Cidade do Recife passou por um intenso processo de valorização orquestrado pelo mercado imobiliário, contando com forte apoio do governo municipal e dos gestores urbanos, acarretando, principalmente na elaboração de legislações condescendentes em relação ao uso do solo, foi responsável pelo ordenamento e as práticas de planejamento e gestão urbanas da cidade. De acordo com Otávio Santos (2019), ao estabelecer zoneamentos e parâmetros construtivos, direcionando o crescimento da cidade, gestores e planejadores urbanos contribuíram, ainda que indiretamente, no processo de fragmentação sócio-territorial, uma vez que se apoiam em princípios que negavam a diversidade e preconizando a padronização, o controle e a atuação quase anárquicos do capital imobiliário.

Diante desse quadro e das discussões anteriores, percebe-se que o crescimento do ultraliberalismo, juntamente com a intensa financeirização e mercantilização dos espaços urbanos, são responsáveis por acentuar desigualdades socioespaciais, agravando as condições de vida da população socialmente vulnerável. Desse modo, o espaço urbano no Recife encontra-se cada vez mais fragmentado, com suas sociabilidades organizadas entre muros e seu destino definido por uma abordagem de governo apolítica e autoritária (Otávio Santos, 2019).

Tal condição pode ser melhor entendida ao analisarmos o Boletim Desigualdades nas Metrôpolis de 2022 construído pelo Observatório das Metrôpoles, núcleo Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC -Rio Grande do Sul). O relatório verificou que a Cidade do Recife apresenta o maior índice de desigualdade dentre as capitais brasileiras, onde 13% da população, 193 mil pessoas, vivem em estado de extrema pobreza. Esse é um aumento de 6% quando comparado com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) concluído em 2019, que apontavam que 7% da população vivia em um quadro de vulnerabilidade social. Desses residentes, a grande maioria pertence aos estratos de renda mais pobres da cidade localizados às margens dos rios, em áreas alagadiças e manguezais. O Estado de Pernambuco, acompanhando o quadro de desigualdade e precariedade do Recife apareceu, no mesmo período, como o terceiro Estado do País com maior concentração de renda.

São essas distinções de ocupação do solo da cidade do Recife que Aguiar e Araújo (2020)

nomeiam de desigualdade *socioespacial*. Isto é, as melhores áreas com condições para moradia e infraestrutura são ocupadas pelas classes mais elitizadas, enquanto a população mais desassistida, do ponto de vista social, tende a

morar em áreas de vulnerabilidade ambiental e/ou em localizações periféricas, com pouca ou total ausência de infraestrutura (Figura 1).



Figura 1 – Contrastes entre as moradias do bairro das Graças (à esquerda) e do bairro do Cordeiro (à direita).

Esse cenário recifense reproduz uma lógica de estrutura fundiária em que as melhores áreas são ocupadas pelas moradias das classes com melhores condições econômicas, sociais e culturais, a despeito da população destituída dessa condição. O resultado se traduz em uma ocupação desigual do território que reflete a segregação social no espaço da cidade.

Desse modo, os riachos e rios urbanos são tratados dentro dessa mesma lógica: a depender do território em que está inserido, e a classe social das pessoas que os margeiam, é considerado de forma diferente dentro da dinâmica urbana, estabelecendo relações divergentes com os indivíduos. Assim, os tópicos a seguir buscam trazer ao debate essas diferentes dinâmicas, elucidando a discussão com casos facilmente identificados pela cidade do Recife a partir de um olhar atento e crítico com base na discussão teórica aqui apresentada.

Riachos e rios urbanos na cidade do Recife, um breve percurso

A presença abundante da água no território, e a forte relação entre o aquático e terrestre deram a Recife o título de cidade anfíbia, criado em 1978 pelo poeta Evaldo Cabral de Mello. As águas sempre desempenharam papel importante na configuração territorial, sendo um elemento crucial para a identidade da cidade. Ao indivíduo recifense, é intrínseca a relação com as

águas urbanas, face à cidade ser cortada por diversos rios. Essa relação está atrelada à sobrevivência – pelo processo de habitar em suas margens e, por vezes, conseguir o alimento –, e à contemplação da paisagem, bem como por serem elementos estruturadores de referência de um cotidiano.

Recife, como conhecemos hoje, consolidou sua malha urbana sob influência de três bacias hidrográficas distintas: Capibaribe, Beberibe e Tejupió. De maneira sucinta, o conceito de bacia hidrográfica diz respeito a drenagem de um território, onde rios menores (afluentes e tributários), seguindo a morfologia do relevo, coletam as águas superficiais das áreas mais altas da bacia, transportando para uma calha mais baixa, indo de encontro com o rio principal para desembocarem no oceano (Barrella et al., 2001).

Dentro de uma bacia hidrográfica, os riachos e rios de menor dimensão desempenham um papel essencial para a drenagem e qualidade das águas de um território. Em condições naturais, ajudam a diminuir a quantidade e a velocidade do escoamento superficial, aumentando a infiltração da água no solo, favorecendo assim a qualidade da água e da biodiversidade local (Preuss, 2013). Ao se desenvolver sob a influência de três bacias distintas, a malha hídrica da cidade do Recife é composta por aproximadamente 100 riachos, que cortam o território de Norte a Sul, mas que hoje

vivem invisíveis na malha da cidade (Cabral *et al.*, 2015).

Os rios, riachos e córregos são os elementos naturais que mais participam do espaço humanizado. No entanto, apesar de extrema importância para manutenção do território, o processo de mecanização da natureza¹, comum a diversos e importantes centros urbanos e intensificado no Recife a partir da segunda metade do século XX, promoveu o apagamento desses corpos d'água, que degradados pela intensa urbanização, foram sendo incorporados a galerias e canais de drenagem e esgoto. Esse processo, quando somado às características físicas do sítio recifense, como a topografia plana, os aterros de manguezais e áreas alagáveis, e cotas ao nível do mar, fomentou na cidade inúmeras problemáticas ambientais, culminando em um território extremamente sensível à água, e no sofrimento periódico com os efeitos dos fenômenos naturais. Essa é uma das principais características que se somam para elencar o Recife como a 16ª cidade mais vulnerável pelas mudanças climáticas no mundo no *ranking* instituído pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2021). No entanto, pouco se tem feito por parte da gestão municipal no sentido de amenizar tais efeitos.

Em 2019, a gestão municipal iniciou um debate sobre a previsão do primeiro *Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas*² que tinha como objetivo favorecer a resiliência às mudanças climáticas mediante a modernização da rede de drenagem existente, requalificação de habitações, campanhas estratégicas, revitalização dos rios e canais e novas estratégias de agricultura urbana. Entretanto, não se tem notícias sobre o avanço desse Plano, nem o documento e seus desdobramentos.

¹ A mecanização da natureza é um conceito utilizado por Milton Santos em seu livro "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção" (2006) para designar as transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XX. Segundo o autor, quando o ser humano passou a se entender como indivíduo, buscou maneiras de dominar o planeta através da artificialização da natureza. Esse período impactou profundamente nos processos produtivos em nível econômico e social, de modo a reorganizar as dinâmicas sociais e a relação estabelecida entre indivíduos e natureza.

² De acordo com notícia disponível no site da Prefeitura do Recife, o documento teria como base dados do Índice de Vulnerabilidade Climática da cidade, com previsão de lançamento para novembro de 2019. Porém, nenhuma notícia mais recente sobre esse debate foi encontrada. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/node/289902>>. Acesso em 14 set. 2023.

Passados alguns anos, veio a debate em 2022 o processo de elaboração do *Plano de Adaptação Setorial Recife (PASR)*³ que tem como objetivo reduzir os impactos decorrentes da mudança do clima na cidade. Tal plano abrange quatro setores-chave: (i) Economia, (ii) Saneamento, (iii) Mobilidade e (iv) Transformação Urbana. Embora possua prerrogativas semelhantes ao *Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas*, não possui menção ao trabalho iniciado em 2019, talvez por serem fruto de gestões administrativas distintas da cidade do Recife. Além disso, assim como o Plano anterior, não foi encontrado o documento do *Plano de Adaptação Setorial Recife*, apenas matéria em jornal promovendo a iniciativa.

Desse modo, percebe-se que a mesma dificuldade global de colocar discussões e acordos em prática, ocorre a nível local. Em Recife, não se tem um planejamento que vise a qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, a amenização dos efeitos das mudanças climáticas como mote.

Ao analisar a realidade da cidade, percebe-se a falta que faz um planejamento urbano calcado nos efeitos climáticos e nos recursos naturais presentes no território, uma vez que 1/3 da população recifense habita em áreas de risco, sem nenhum tipo de acesso à infraestrutura adequada. Durante o período de chuvas, por exemplo, essa parcela desfavorecida da população sofre com desastres associados aos eventos de precipitações, como evidencia a Figura 2. Para essas pessoas que vivem em áreas de risco, a chuva é um sinônimo de angústia e medo (Souza, 2011).

Durante décadas a engenharia hidráulica promoveu a alteração da morfologia de corpos hídricos, através das técnicas de retificação e a canalização, como forma de facilitar a expansão urbana. Esta prática, como destaca Britto (2006), foi adotada ferozmente nos centros urbanos na tentativa de encontrar no redirecionamento e no aumento da velocidade do escoamento de águas a

³ O Plano de Adaptação Setorial Recife (PASR) é desenvolvido pela Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) e pelo Porto Digital em conjunto com a Prefeitura do Recife, o ICLEI e a Waycarbon. Disponível em: <

solução para as enchentes urbanas que assolam diversas cidades brasileiras. No entanto, ainda segundo a autora (op. cit.) as obras só transferiram o problema de lugar e agravaram significativamente a situação durante o período de enchentes maiores. O processo de intensa urbanização, que motivou a artificialização dos corpos hídricos em território urbano, se intensificou no país a partir da década de 1950, onde a redução de cursos e leitos teve impacto direto na qualidade das águas, culminando na

deterioração total de rios e riachos urbanos (SANTANA, 2020). A iminência frequente ao risco de enchentes, somado a poluição intensa dos rios, resultante da alta degradação, transformaram as áreas e margens ribeirinhas em paisagem residuais, um espaço desvalorizado que desprezados pelos processos convencionais de urbanização, se tornaram *locus* de ocupações irregulares (Figura 3) (Britto, 2006; Santana, 2020).



Figura 2 – Danos causados pelas fortes chuvas na Cidade do Recife. À esquerda deslizamentos na comunidade Jardim Monte Verde e, à direita, casas tomadas pelas águas do Rio Capibaribe no bairro do Monteiro. Fontes: Diego Nigro/AFP/Metsul Meteorologia, maio de 2022 (Para imagem da esquerda) e Fausto Filho/Instituto Casa Amarela Social, maio de 2022 (para imagem da direita).

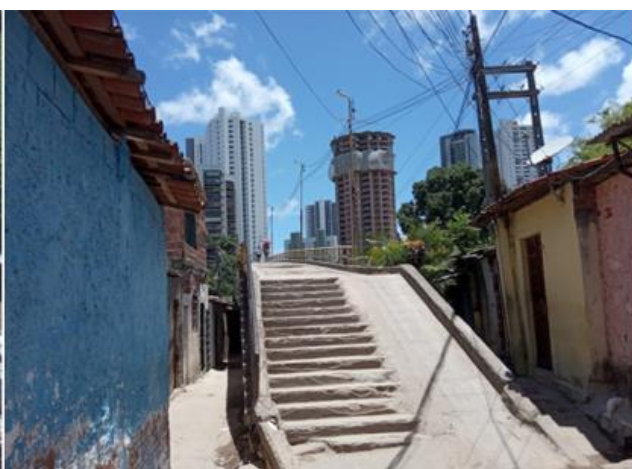


Figura 3 – À esquerda, ocupações nas margens do Rio Capibaribe no Bairro da Iputinga, Recife e, à direita, Ponte da Salvação, construída de modo improvisado, sobre o Rio Capibaribe ligando os bairros da Iputinga e Monteiro. Fonte: Moura, 2021, s/p.

Segundo Costa (2004) a visão de cursos d'água como estruturas de drenagem e saneamento tornou extremamente difícil, especialmente para pequenos rios e córregos, a permanência no tecido urbano. Bartalini (2004) evidencia que praticamente todos os centros urbanos, independentemente de sua dimensão, têm como característica comum a existência de inúmeros cursos d'água capilares, desaparecidos

sob o solo de suas cidades. O autor destaca ainda, que por estarem envolvidos em uma urbanização já muito consolidada, é tido como inviável a aplicação de restrições ambientais legais. O que acontece na verdade, é que as oportunidades de intervenção que parecem, à primeira vista, inexistentes, são resultado de uma política de não incorporação dos rios de cursos menores em projetos mais abrangentes.

Os rios menores recebem menos atenção da população e do poder público, mas são eles que, dentro de um sistema de drenagem urbana ou natural, são os maiores responsáveis por alimentar os rios caudalosos. Dessa forma, concentrar as intervenções urbanísticas/paisagísticas apenas nos rios maiores, ignorando seus afluentes, não irá de fato impactar sistematicamente na qualidade de vida das pessoas e na dinâmica social e ambiental das cidades. As águas dos riachos poluídos vão sempre correr para os rios, levando consigo toda a contaminação contida neles (Selva e Gouveia, 2018). Desse modo, é necessário que as intervenções urbanísticas/paisagísticas considerem, além dos rios urbanos, seus riachos e todos os corpos hídricos menores que fazem parte das bacias hidrográficas, além de compatibilizar questões estruturais como saneamento básico, educação ambiental e habitação.

De acordo com Bartolini (2004), para solucionar alagamentos e inundações periódicas, nas metrópoles brasileiras, é necessário resgatar os pequenos rios e riachos, incorporando os mesmos em planos de maior abrangência, para além dos planos de infraestrutura e o trato como canais de esgoto. Sendo necessário buscar soluções menos óbvias, mais disseminadas, que entendam o valor estratégico desses corpos d'água para o tecido urbano. Para o autor, os veios menores “oferecem possibilidades de inserção mais efetiva no dia a dia dos habitantes. Por isso, uma vez devidamente tratados, podem favorecer o sucesso das ações locais e facilitar a gestão descentralizada do espaço urbano.” (p. 91).

Além da questão da escala dos corpos hídricos, a população que habita nas proximidades deve ser considerada. Em pesquisa realizada no riacho Pamamirim - Recife, Preuss (2013) constatou que a maior parte dos habitantes que vivem próximos ao corpo d'água não os reconhece como um riacho e sim como um canal. Para a população entrevistada pelo autor, os riachos são corpos d'água limpos ou naturais, sem barreiras em concreto nas laterais. Enquanto os canais são cursos d'água com as laterais em concreto, podendo receber esgoto e poluição diversa. Essas questões sensíveis e simbólicas que constituem o imaginário coletivo influenciam diretamente na forma como as relações são estabelecidas pelos indivíduos e o meio ambiente.

É necessário ponderar como estamos lidando com os recursos naturais no nosso entorno. Enquanto agentes da gestão pública das cidades se utilizam do *marketing* urbano para se promover no momento de intervenção urbano-

paisagística em áreas privilegiadas da cidade, a partir da utilização de um grande corpo hídrico (como é o caso do Parque das Graças), recursos hídricos presentes em territórios socialmente vulneráveis são utilizados como meros elementos da drenagem urbana. Nesses casos, as relações estabelecidas pela população e o meio ambiente são bastante diversas, as condicionantes socioespaciais influenciam diretamente nessas questões.

A mudança de paradigma precisa acontecer primeiro na gestão pública e, em seguida, junto aos moradores do entorno. Para Gouveia e Selva (2018) o processo de revitalização de um corpo d'água menor precisa envolver toda a sociedade, mas para isso é necessário que a gestão pública atue através do planejamento de ações de educação ambiental que visem a sustentabilidade urbana e salvaguardam as pessoas e os corpos hídricos.

Além disso, é necessário que rios e riachos urbanos sejam compreendidos como peças essenciais para a sustentabilidade urbana. Precisam ser considerados como elementos estruturantes do território, ao invés de serem limitados à simples peças do sistema de esgoto da cidade. Na natureza, esses cursos d'água, apesar de suas menores dimensões, tem impotentes características ecológicas e ambientais, sendo fundamentais para a drenagem de águas pluviais, para reduzir a temperatura do entorno local, e ampliar a capacidade de infiltração, recarregando os aquíferos (Gouveia, 2021; Grupo de Recursos Hídricos, 2012). Assim, investir na revitalização de riachos urbanos é visar o resgate de suas funções naturais, como o controle de inundações, a manutenção da biodiversidade e requalificação do meio urbano com a possibilidade de um lazer contemplativo e democrático (Cabral *et al.*, 2017; Grupo de Recursos Hídricos, 2012).

No âmbito da Cidade do Recife, sabe-se que diversos projetos concentraram suas forças de atuação no maior corpo d'água da cidade: o Rio Capibaribe. Conforme Silva, Meneses e Mota (2021, p. 282):

Entre os planos propostos destacam-se o de Saturnino de Brito em 1917, o da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) em 1987, o Projeto Beira Rio de 1996 e o Projeto Capibaribe Melhor de 2006 que valorizavam os espaços livres públicos - jardins, praças e parques - e sua articulação com a mobilidade urbana. Todos esses planos, muitos não implementados em sua totalidade, foram base para se pensar o Projeto Parque Capibaribe,

iniciado em 2013, que lançou novos olhares sobre o Recife, numa perspectiva da valorização de suas frentes d'água, particularmente do Rio Capibaribe, tomando este como eixo estruturante, histórico, biótico e paisagístico. O projeto propõe a requalificação de 42km do Capibaribe, compreendendo as margens esquerda e direita, que viabilizará seu acesso pelos moradores e demais usuários da cidade, fortalecendo e ampliando a relação do homem com a natureza por meio da recuperação da Mata Atlântica, contribuindo, principalmente, na mitigação das questões climáticas que urgem no mundo contemporâneo. Diante de um cenário de mudanças climáticas o Projeto do Parque Capibaribe busca ações que reduzam os impactos ambientais na cidade do Recife. Tal condição foi o ponto chave para que o projeto ganhasse o prêmio do Banco Europeu de Investimentos quando foi apresentado na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Clima (COP25), realizada no ano de 2019 na cidade de Madri - Espanha.

No entanto, nenhum desses projetos demonstrou partir de uma visão sistêmica da Cidade do Recife, entendendo-a como um ecossistema urbano, tal como apresenta-se no Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental (PURA), que foi estruturado pelo Grupo de Pesquisa e Inovação para Cidades (INCITI) da Universidade Federal de Pernambuco em parceria

com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, que contém diretrizes para o Projeto do Parque Capibaribe.

O plano [PURA] reconhece o Rio Capibaribe como corredor ecológico e classifica zonas de influência do projeto, partindo da Macrozona Capibaribe até a Zona de Amortecimento com seus Corredores Ecológicos e Ambientais. O Projeto Parque Capibaribe, entendido como um projeto de paisagem, visa também promover o aumento da quantidade de espécies vegetais, de maneira equitativa, que ofereçam nicho e refúgio à fauna local, principalmente a urbana (Silva, Meneses e Mota, 2021, p.282-283).

Desta forma, os pesquisadores do projeto entenderam a necessidade de pensar a cidade de forma transdisciplinar e sistêmica, abordando o ideal de criar uma nova estruturação urbana a partir do Rio Capibaribe, conectado com seus afluentes e seus respectivos espaços verdes, em específico as margens dos cursos d'água (Alencar, 2016) (Figura 4). As estratégias desenvolvidas no projeto visavam o manejo e intervenções democráticas das margens do Rio Capibaribe e de seus principais afluentes, sem distinções socioeconômicas da população ribeirinha.

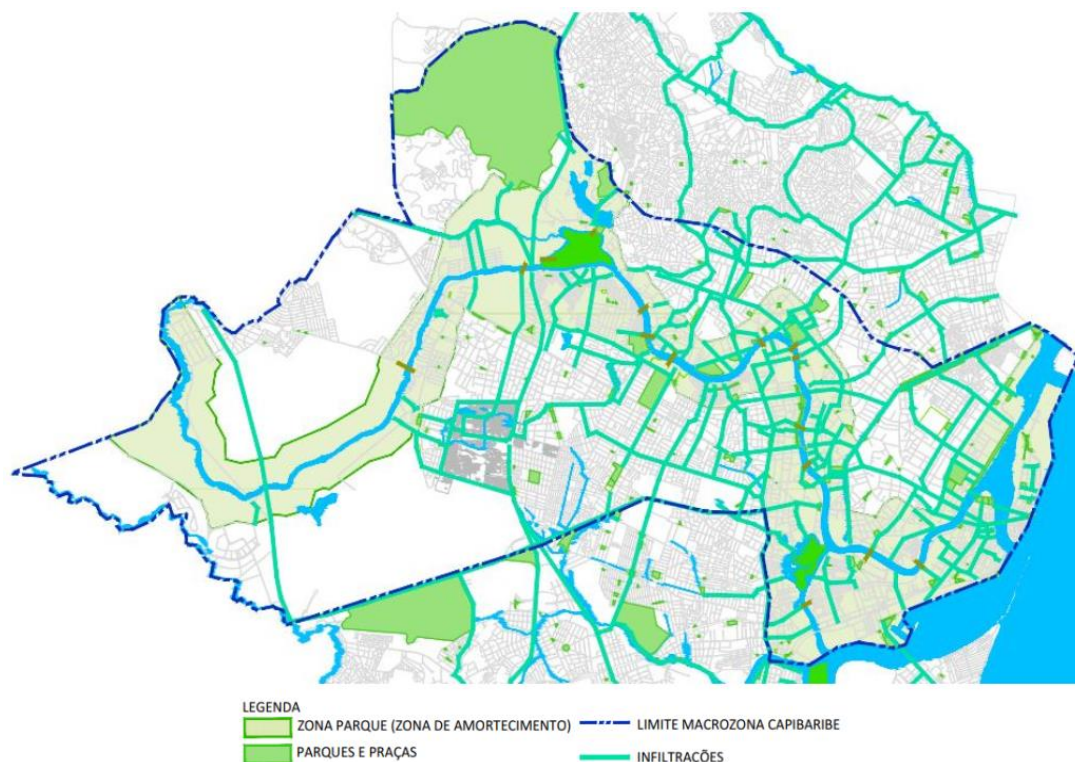


Figura 4 - Integração do Projeto do Parque Capibaribe pelas vias de infiltração que tem caráter de corredores ecológicos e de corredores ambientais. Fonte: PURA. TOMO 2 – Reinvenção, 2000, p.106. 237

No entanto, percebe-se que o processo de execução do projeto do Parque Capibaribe se descola dos ideais centrais trazidos no PURA. Ao invés de considerar a integração dos diferentes territórios recifenses, a implantação do parque se dá de forma desarticulada, passando a desenvolver obras pontuais de embelezamento, desconexas do entendimento de sistema. E dentro da lógica que rege a cidade, a articulação próxima entre Estado, mercado imobiliário, construção civil e capital financeiro, as intervenções têm priorizado lugares que possuem maior concentração de capital em detrimento dos territórios ocupados por pessoas em vulnerabilidade social. Contudo, a espacialização de áreas de lazer em zona de maior concentração de capital não é uma problemática nova, como destacam Macedo e Sakata (2003, p. 16):

O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. O parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congênere europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. O Brasil do século passado não possuía uma rede urbana expressiva, e nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade europeia da época, sobretudo no que diz respeito a população e área.

Assim, analisando a Figura 5, o sistema de parques urbanos, podemos entender a dinâmica da espacialização da distribuição dos novos Parques Urbanos da Cidade do Recife. Desses, sete estão localizados ao Norte do Rio Capibaribe e possui uma relação direta com esse corpo d'água, sendo cinco em áreas onde o m² do solo é o mais caro - Parque de Apipucos, Parque Santana, Parque da Jaqueira, Parque das Graças e Parque 13 de Maio - e dois, - o Parque da Macaxeira e o Parque Caiara -, onde o m² do solo é mais barato. Nessa articulação, o Rio Capibaribe parece funcionar como um agente ativo de segregação social. Ressalta-se que dois parques – o Santos Dumont e o Dona Lindu, não têm relação direta com o Rio Capibaribe, mas também estão situados em áreas supervalorizadas.

Como forma de exemplificar esse debate, foram realizadas duas visitas *in loco* com o objetivo de elucidar intervenções urbanísticas na cidade do Recife em territórios distintos: a primeira no bairro das Graças e a segunda no bairro do Cordeiro (Figura 6).

O Bairro das Graças está localizado na Zona Norte da cidade do Recife, e se configura como um dos bairros mais tradicionais e nobres, tendo importante valor histórico, cultural e ambiental. Ao longo do tempo, se tornou valorizado também pelo mercado imobiliário que se utilizou de tais valores como elementos atrativos fortemente usados pelo *marketing* de construtoras para conseguir clientes. Atualmente o bairro possui um dos m² mais caros⁴ da cidade, atraindo moradores de classe social equivalente e infraestrutura urbana pública equiparada, com vistas a dar continuidade aos investimentos privados que vem ocorrendo gradativamente na localidade.

Esses moradores exigem equipamentos públicos e infraestrutura urbana condizentes com a classe social que pertencem, ao passo que o poder público atende e o mercado cria possibilidades que respondam essas demandas. Demandas essas que, de acordo com Jessé Souza (2019), giram em torno da necessidade da classe média se distinguir socialmente das classes sociais desprivilegiadas, garantindo seu status social e valores simbólicos que podem ser atribuídos em diversas esferas, inclusive no território.

O Parque das Graças é um dos trechos do Projeto Parque Capibaribe e conta com um investimento de R\$43 milhões, sendo a ação pública de maior valor e amplitude midiática da gestão atual. O parque conta com trecho linear de aproximadamente 1km que contempla uma margem do rio, permitindo a mobilidade urbana e o acesso ao corpo hídrico. O alto investimento se materializa na viabilização da construção do deck, onde foram empregadas diversas tecnologias de ponta para permitir a construção sob o solo instável do mangue, que conta também com a instalação (ainda em fase de execução) de um píer flutuante, com acesso direto ao rio. Como altamente divulgado pela prefeitura, o parque conta também com policiamento 24h em toda a extensão. A partir da visita realizada, é possível inferir a qualidade de todo desenho urbano-paisagístico empregado, e mobiliário urbano, que possibilitam forte diálogo dos usuários com o Rio Capibaribe, por meio de diversos espaços de contemplação da paisagem e lazer (Figura 7).

⁴ De acordo com o site Agente Imóvel, o valor do m² do bairro das Graças é de R\$ 6.870, e o valor médio de um imóvel no bairro é de R\$ 793.778. Disponível em: <<https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/venda/pe/recife/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

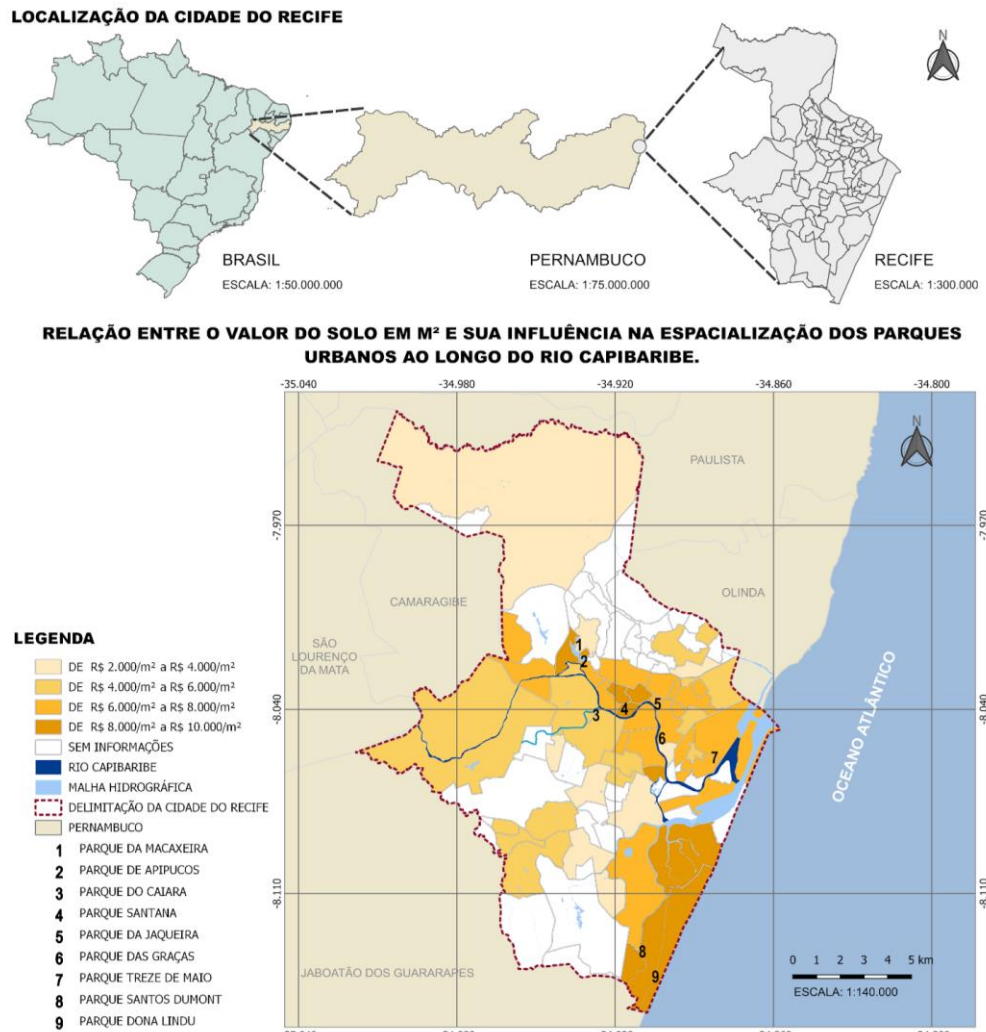


Figura 5 - Entendendo o território do Recife pelo Sistema de Espaços Livres Públicos. Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sindicato da habitação de PE - SOCOVIPE, outubro de 2023.

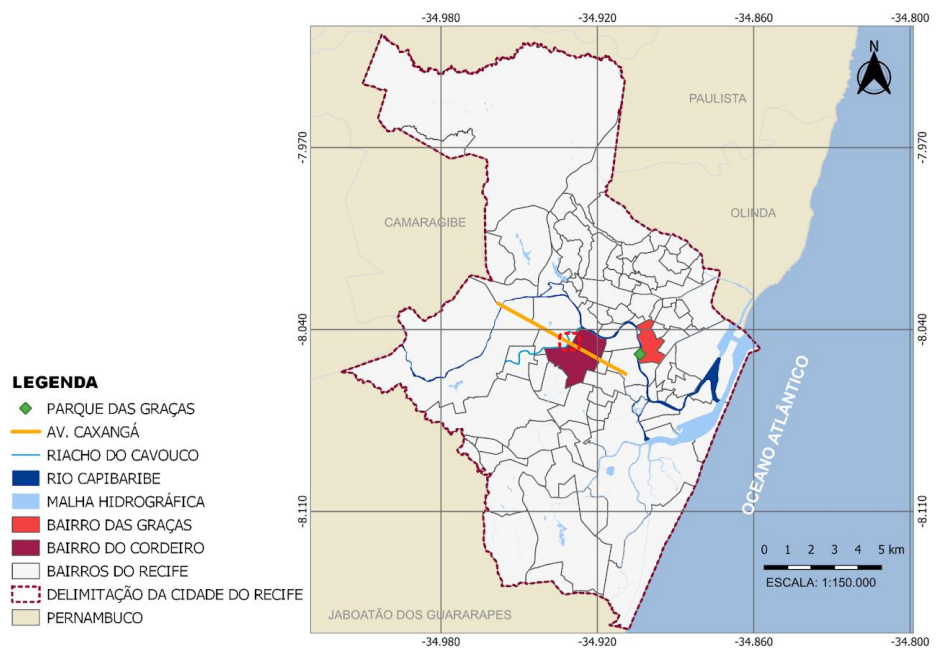


Figura 6 - Localização das áreas de estudo na Cidade do Recife.



Figura 7: Aspectos gerais da paisagem do Parque das Graças.

Ao passo que essa é a prática comum em bairros nobres da cidade, no que tange projetos de apelo ambiental, em bairros onde o m² é desvalorizado, o tratamento que se dá aos corpos hídricos e aos espaços livres públicos do seu entorno é bastante distinto. Com o objetivo de exemplificar o argumento construído no presente artigo e possibilitar comparação entre espaço público que tenha interface com as diferentes dimensões de corpos hídricos na cidade do Recife, tanto em território valorizado, quanto em território não valorizado, foi realizada uma visita na Praça Professor Coelho de Almeida, um espaço público associado ao Riacho do Cavouco, nos limites do bairro do Cordeiro.

Como forma de contextualizar a distinção de tratamento de cada um dos casos analisados, é importante destacar, assim como no caso do Parque das Graças, as características do território onde está localizado o espaço urbano em questão. O bairro do Cordeiro situa-se na Zona Oeste do Recife e é atravessado pela Av. Caxangá, uma das principais vias arteriais da cidade, que liga a Região Metropolitana do Recife de Leste a Oeste e possui uma urbanidade bastante distinta do bairro das Graças. Desse modo, as intervenções de obras públicas na área não possuem o mesmo padrão que o analisado no Parque das Graças.

O Cordeiro é habitado em sua maioria por pessoas pertencentes à classe trabalhadora. Além disso, um dos eixos estruturantes da cidade que corta o bairro, a Avenida Caxangá, é o principal meio de comunicação entre o centro da cidade do Recife e a Zona Oeste, se configurando como o meio pelo qual a classe trabalhadora, que habita bairros mais periféricos em relação ao centro urbano, realize migração pendular diariamente para garantir seu sustento (ver Figura 6).

A Praça Professor Coelho de Almeida foi implantada em um trecho onde a Avenida Caxangá margeia o Riacho do Cavouco, afluente do Rio Capibaribe. Vale ressaltar que o Riacho do Cavouco tem sua nascente e foz em áreas de maior interesse paisagístico (UFPE e Parque do Caiara, respectivamente) no entanto, na maior parte de seu percurso, suas características naturais e potencial paisagístico foram destruídos em razão de sua transformação em peça funcional do sistema de drenagem do bairro e da cidade, processo comum a diversos rios menores das cidades brasileiras. A Figura 8 elucida claramente as precárias condições de urbanidade encontradas na área.



Figura 8 - Academia da cidade/ Praça Professor Coelho de Almeida, no entorno do Riacho do Cavouco, Cordeiro.

No trecho analisado, existe a tentativa de criar uma amenidade para a população local, com

a associação de área verde com elemento de lazer às margens do riacho. Entretanto, os espaços

pouco se articulam com as águas. Esse caso exemplifica a problemática discutida no tópico anterior em relação ao tratamento do corpo hídrico menor por parte da gestão das cidades, considerando-os apenas dentro dos planos de infraestrutura e sistemas de drenagem. Nesse contexto, a tentativa de embelezamento não é suficiente para tornar o corpo hídrico atrativo, na verdade evidencia seu caráter residual de uma paisagem fragmentada que não se conecta com o trato na sua nascente e foz, e nem consegue despertar aproximação da população com o corpo d'água e o espaço de lazer, limitando sua inserção no meio urbano (Bartalini, 2004; Preuss, 2013; Selva e Gouveia, 2018).

Vale destacar as condições dos equipamentos públicos e a baixa qualidade do mobiliário urbano no entorno do Riacho do Cavouco, evidenciando o descompasso em relação ao que é produzido e entregue pela Prefeitura em áreas mais nobres da cidade do Recife. Através das imagens na Figura 8 é possível perceber o abandono do espaço analisado, a obsolescência dos equipamentos e o deterioramento da infraestrutura do local.

Esses fatores elucidados pelos exemplos analisados coadunam com as ideias trazidas ao debate por Macedo e Sakata (2003), que refletem sobre os diversos percalços que a concepção e gestão de projetos de áreas urbanas de lazer no Brasil encontram para sua realização, tais como: projetos incompletos, amadorismo técnico, má vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas e diversas posturas incorretas por parte da administração pública. Os autores citam também a existência da intenção de realizar um atendimento imediato, com interesse eleitoral, onde são utilizados produtos e materiais já usados e uma execução precária. No contexto brasileiro e recifense, é fácil observar que essa prática se torna ainda mais comum quando o espaço público em questão não é direcionado para áreas de grande movimentação de capital.

Desse modo, enquanto os moradores locais conseguem aproveitar a paisagem do Rio Capibaribe e dos equipamentos disponibilizados no Parque das Graças, no Cordeiro, percebe-se que a interface habitação-Riacho do Cavouco não se dá de forma harmoniosa. Diferentes elementos contribuem para um mal aproveitamento do corpo hídrico em questão: não há tratamento adequado das habitações em uma das margens do riacho, acúmulo de lixo, vegetação sem manutenção, infraestrutura precária, entre outros. Essas condições funcionam como uma barreira no que

diz respeito ao aproveitamento do potencial dos recursos naturais na localidade e contribuem para o distanciamento entre os indivíduos e a natureza.

Considerações

A partir do exposto, é possível perceber a diferença do tratamento que a gestão pública da Cidade do Recife desempenha nos espaços públicos mencionados a partir da classe social ocupada pelas pessoas que se utilizam desses equipamentos, entendendo as classes sociais a partir do debate teórico realizado por Jessé Souza (2019).

O estudo de caso em questão elucida a discussão teórica trazida no presente artigo a partir das reflexões de Santos e Gomes (2016), que entendem o planejamento urbano do Recife como promotor histórico da valorização do espaço nos marcos do desenvolvimento capitalista de forma a contribuir sistematicamente com a produção do espaço como instrumento de segregação e manutenção das desigualdades sociais.

No presente trabalho parte-se do princípio de que os rios e riachos urbanos funcionam como elementos estruturadores da paisagem. Desse modo, evidencia-se a necessidade de um olhar diferenciado sobre os recursos hídricos das nossas cidades, não apenas sob a perspectiva de suas utilidades como peças da drenagem urbana, mas como elementos importantes na construção de cidades mais responsivas com o meio ambiente, que busquem melhorar a relação entre as pessoas e os recursos naturais presentes nesses espaços analisados, como apontam as perspectivas de Bartalini (2004), Cabral et al. (2017), Gouveia e Selva (2018), analisadas ao longo deste artigo.

É primordial considerar os corpos hídricos urbanos como bens que merecem ser respeitosamente utilizados pelas gerações atuais e protegidos para usufruto das futuras gerações, não somente por seus valores relacionados à drenagem do território, mas principalmente por suas funções sociais, de recreação e lazer, urbanas, culturais, ambientais e ecológicas.

Nesse sentido, é urgente que a população tome consciência da importância dos rios e riachos urbanos com vistas a cobrar do poder público intervenções de qualidade independente do território o qual estão inseridas, de modo que seja realizada uma democratização dos espaços livres públicos no entorno dos recursos hídricos da cidade independente da classe social a que pertença e ao território que habite.

Referências

- Agente Imóvel. Preços atuais de imóveis à venda em Recife - PE. Disponível em: <<https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/pe/recife/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.
- Aguilar, L. S.; ARAÚJO, C. P. 2021. Dois pesos, duas medidas na apropriação de terras do Recife: os casos da comunidade do Coque e do condomínio Le Parc Boa Viagem. *Oculum Ensaios*, v. 17 (s/n), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4646>
- Barrella, W.; Petrere Júnior, M.; Smith, W. S.; Montag, L. F. A. As relações entre as matas ciliares, os rios e os peixes. In: RODRIGUES, R.R.; LEITÃO FILHO; H.F. (Ed.) *Matas ciliares: conservação e recuperação*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- Bartalini, V. 2004. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. *Pos FAUUSP*, 16 (s/n), 2004, 82-96. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i16p82-96>
- Bourdieu, P. (1989). *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. (Col. Memória e sociedade. Coord. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Cuto. Trad. Fernando Tomaz).
- Britto, A. L.; Silva, V. A. da. 2006 *Viver às margens dos rios: uma análise da situação dos moradores da favela Parque Unidos do Acari*. In: Costa, L. (org.). *Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras*. Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Cabral, J. J. S. P., Fonseca Neto, G. C., Cabral, P. L., Martiniano, R. A. L., Monteiro, P. B. C. L., BRAGA, R. A. P. 2017. Avanços e desafios para a revitalização de rios urbanos em Recife: o caso do riacho Parnamirim. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, ABRH, Florianópolis-SC.
- Costa, L. M. S. A. 2006. *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: PROURB.
- Girão, O.; Corrêa, A. C. B. 2004. A contribuição da Geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE DCG/NAPA, 21 (2), 36-58.
- Gouveia, R.L.; Selva, V.S.F. 2018. Riachos urbanos do recife: educação ambiental como ferramenta para a revitalização. *Revista Educação Ambiental em Ações s/v* (65), s/p.
- Gouveia, R. L.; Selva, V. S. F. 2021. Environmental governance in the revitalization of urban streams in Recife - Pernambuco - Brazil. *Research, Society and Development*, 10(12), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20197>
- IBGE– Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. (2023). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INCITI - Pesquisa e Inovação para as cidades. 2020. PURA - Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe TOMO 5 – A Reinvenção. Disponível em: <https://nuvem.riacho.info/index.php/s/MWw4y265x2PWG8L?dir=undefined&path=%2FPUR A%20%E2%80%93%20Plano%20Urban%C3%ADstico%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental&openfile=303629>. Acesso em 23 set. 2023.
- IPCC - Intergovernmental Panel On Climate Change. 2022. Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [P.R. Shukla, J. Skea, R. Slade, A. Al Khourdajie, R. van Diemen, D. McCollum, M. Pathak, S. Some, P. Vyas, R. Fradera, M. Belkacemi, A. Hasija, G. Lisboa, S. Luz, J. Malley, (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009157926.001>
- Leal, S. M. R. 2023. O fetiche da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil. Recife: Ed. do autor.
- Macedo, S. S.; Sakata F. G. 2003. *Parques Urbanos no Brasil - Brazilian Urban Parks – 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, – [Coleção Quapá]*.
- McDonnell, M. J. 2013. The history of urban ecology: An ecologist's perspective. In: Niemelä, Jari et al. (Eds.). *Urban Ecology: Patterns, Processes and Applications*. Oxford University Press, Oxford.
- Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth; Correia, Marina; Calisto, Ana Maria Durán; Valenzuela, Luis (orgs.). *Urbanismo ecológico na América Latina*. São Paulo: Gustavo Gili, 2019.

- Moura, V. Rio Capibaribe: palafitas e prédios de luxo ocupam as mesmas margens. Colabora, setembro de 2021. Disponível em: <<
<https://projeto colabora.com.br/ods11/rio-capibaribe-palafitas-convivem-com-predios-de-luxo-e-falta-dagua/>>>.
- Oliveira, M. B.; Rodrigues, G.; Correia, K. 2014. Riacho Cavouco: Que riacho é esse? Recife: Editora UFPE.
- Oliveira, R.M.M.; Santos, E.V.; Lima, K.C. 2017. Avaliação da qualidade da água do riacho São Caetano, de Balsas (MA), com base em parâmetros físicos, químicos e microbiológicos. Eng Sanit Ambient, 22(3), 523-530. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522017022000000040>
- Parque Capibaribe 2020. Parque Das Graças. Disponível em: <
<http://parquecapibaribe.org/parque-das-gracas/>>. Acesso em: 3 agosto de 2023.
- Preuss, S.L.C. 2013. A revitalização de riachos urbanos na busca de cidades sustentáveis: o caso do riacho Parnamirim em Recife- PE. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Porath, S. L. 2004. A Paisagem de Rios Urbanos. A presença do rio Itajaí-açu na cidade de Blumenau. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Salata, A. R.; Ribeiro, M. G. 2022. Boletim desigualdade nas metrópoles nº 8 Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wpcontent/uploads/2022/06/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_08.pdf Acesso em: 10 set. 2023. » https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/06/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_08.pdf
- Santana, L. R. de. 2018. A conservação do Riacho do Cavouco: recomendações para a gestão dos valores patrimoniais da paisagem. Monografia da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Santana, L. R. de; Bezerra, O. G; Silva, J. M. 2020. A conservação do Riacho do Cavouco: um patrimônio natural e cultural. Revista Brasileira de Meio Ambiente, 8(1), 12-29. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3612323>
- Santos, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Santos, O. A. A. dos. 2019. Principais características do processo de fragmentação do espaço no Recife/PE. Anais XVIII ENANPUR. Disponível em: <
<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=787>>. Acesso em: jan. 2021.
- Santos, A. A. dos; Gomes, E. T. A. 2022. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE – o caso do “Projeto Novo Recife”. Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, 36(2), 379 - 398.
- Secovi-Pe - SINDICATO DE HABITAÇÃO DE PERNAMBUCO. 2023. Relatório pesquisa de imóveis usados perfil de venda, julho/2023. Disponível em: <https://secovi-pe.com.br/pesquisa> . Acesso em: 09 out. 2023.
- Silva, J. M.; Meneses, A. R. S. D.; Mota, M. C. 2021. Entender a natureza para projetar: a Paleta Vegetal do Projeto Paisagístico do Parque Capibaribe. Revista Brasileira de Geografia Física, 14(1), 281-295. DOI: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v14.1.p281-297>
- Souza, J. 2018a. A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- _____. 2018b. Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa.
- _____. 2019. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Souza, W. M. de. 2011. Impactos socioeconômicos e ambientais dos desastres associados às chuvas na cidade do Recife-PE. Tese de Doutorado em Recursos Naturais, Centro de Tecnologias e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil.
- Valladares, M. de B. C. 2009. Entre a natureza e o artifício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 11(1), 73-88. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009n1p73>